

NA ESPERA DA TERRA, A LUTA PELA ESCOLA: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE EMERGÊNCIA NOS ACAMPAMENTOS DO MST EM QUERÊNCIA DO NORTE (1989-1993)

Vanderlei Amboni[1]

Círculo de Saber 08: História, Epistemologias e Educação do Campo

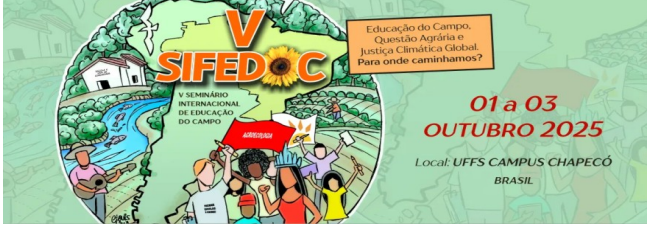
Resumo: A luta pela terra cria uma nova identidade para homens e mulheres e um novo significado de luta, que é a luta pela educação no espaço da luta pela terra. Nesta pesquisa, nosso objetivo é analisar a escola pública que emerge no acampamento do MST, em Querência do Norte, denominada de Escolas de Emergência, nos anos de 1988 a 1993. Para esse fim, analisaremos a documentação do MST, relativa à escola, e a documentação estatal que autorizou o município a criar as escolas no acampamento. Além das fontes primárias, faremos entrevistas com educadores e membros da comunidade, hoje, assentada, recuperando a memória do acampamento, a construção e organização das escolas e o processo de formação pedagógica.

Palavras-chave: MST. Ocupação. Acampamento. Escolas de emergência.

Introdução

A história dos homens é escrita com letras indeléveis de sangue. Na construção da história, os homens, ao (re) produzirem sua vida material sob condições dadas e encontradas no mundo real. Com efeito, diz-nos Vieira Pinto (2005, p. 505) que “são os homens que fazem a história […], mas a fazem pela maneira graças à qual enfrentam, nas situações sociais vigentes, o desafio da natureza e das condições coercitivas de seu desempenho existencial provenientes dos modos de convivência a que estão submetidos”. Há, portanto, um imperativo na luta pela reforma agrária, a pobreza material e a falta de políticas públicas de acesso à terra. O objeto deste trabalho é o estudo da conquista das escolas de emergência nos acampamentos do MST em Querência do Norte, Paraná. Estas escolas foram legalizadas pelo Estado em áreas de conflitos nos anos de 1988 a 1993, cuja existência passou pela

[1] Doutorado em Educação, pela UFSCar. Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. E-mail: vanderlei.amboni@unespar.edu.br

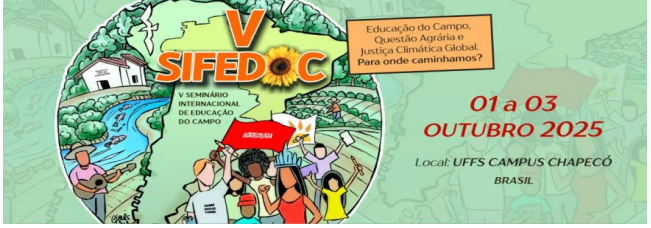


ocupação da terra no processo da conquista da terra por meio da reforma agrária. Para materializar o artigo, analisamos documentos do estado sobre as escolas de emergência nos acampamentos do MST, cujo processo de legalidade é essencial na valorização dos educandos que vivem em acampamentos do MST. Nosso objetivo é analisar a conquista da escola de emergência na luta pela terra. Com efeito, Marx evidenciou que "não há estrada real para a ciência e só têm possibilidade de chegar aos seus cumes luminosos àqueles que não temem cansar-se a subir as suas escarpadas veredas". Neste processo, para subirmos as “escarpadas veredas” do conhecimento, nosso estudo partiu da ocupação da terra e, com ela, a construção das “Escolas de Emergência” no território do MST, no município de Querência do Norte, entre os anos de 1988 a 1993. Escolas oficializadas pelo Estado, cujo resultado os leitores poderão conferir no texto.

Metodologia

> *O pensamento concreto reproduz na mente humana as relações sociais estabelecidas para a produção e reprodução da vida material e, neste processo, a educação é singular na reprodução social, pois ela contém o conhecimento acumulado no devir do homem e, por meio dela, cria as condições humanas necessárias à reprodução da vida social, pois o ato de comer, beber, vestir-se, habitar-se e amar tornado humano é precedido pelo trabalho, cuja base hominiza e humaniza os homens e cria as condições para a vida social. Portanto, o método de investigar e de expor o objeto de estudo tem no materialismo histórico e dialético suas premissas no trabalho e educação, pois o homem aprende a fazer e a ler o mundo por meio de suas faculdades físicas e mentais estruturadas no seu devir humano e educa os seus para dar continuidade à vida social em meio às contradições impostas pelas relações produtivas e os dividem em classes sociais antagônicas entre si. (Amboni, 2023, p. 4).*

Para desenvolver a pesquisa, partimos do princípio marxiano, sob o qual Marx (1974, p. 17) evidencia que "[…] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado". Neste sentido, o fundamento metodológico será pautado na dialética materialista histórica, sob a qual Kosik (1976, p. 16) evidencia que ela “se fixa na essência, no mundo real, no conceito, na consciência real, na teoria e na ciência”. Dessa forma, Kosik (1976, p. 16) demonstra que:



> [...] a realidade é um todo estruturado que se desenvolve e se produz, o conhecimento dos fatos, ou do conjunto de acontecimentos da realidade, vem a ser o lugar que ocupam na totalidade desta realidade [...] se a realidade – no pensamento dialético – é um conhecimento da realidade, consiste não a adição sistemática de uns fatos a outros e de uns conceitos a outros senão num processo de concretização, que precede do todo às partes e das partes ao todo.

Na materialidade da pesquisa é preciso construir a totalidade e conhecer os sujeitos que fazem a luta pela terra e as formas de produção da vida material, pois trazem uma experiência na luta pela vida, desenvolvendo uma cultura peculiar às lutas e suas experiências acumuladas no fazer-se da identidade dos sem terra que constroem a escola em suas múltiplas determinações nos acampamentos na espera da reforma agrária. Com efeito, na investigação do objeto,

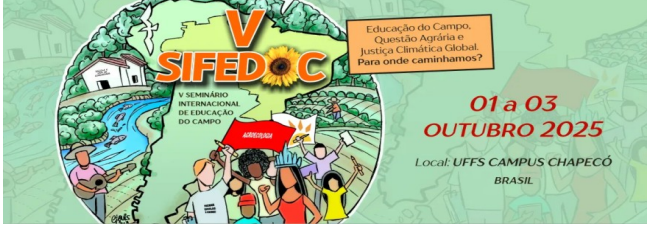
> [...] o ponto de partida do entendimento da coisa em si é a realidade tomada empiricamente que, através de análises sucessivas tornadas possíveis por um método de investigação específico, permite ao homem ascender à categoria do concreto pensado, ou seja, do real efetivamente existente, que é a realidade como síntese de múltiplas relações – a coisa entendida em sua totalidade e historicidade. (Bezerra Neto; Santos, 2011, p. 97).

E, no processo da investigação,

> À luz do materialismo histórico-dialético, o conhecimento científico se constitui na prática social humana à medida que a própria vida social vai se desenvolvendo e se complexificando, e os homens vão adquirindo condições determinadas social e culturalmente de refletir e teorizar (com métodos cada vez mais desenvolvidos) sobre essa mesma prática social e seus objetos e fenômenos constitutivos. (Martins; Lavoura, 2018, p. 225).

A Escola de emergência no Acampamento do MST

No processo da ocupação de terra, criou-se uma necessidade social, que é a educação para os filhos dos Sem Terra acampados. O primeiro pressuposto foi buscar a escola na cidade mais próxima e, com ele, as dificuldades da distância e da aceitação da criança sem-terra nas escola urbanas. Isto se configura pelo medo que a ocupação da terra provocada pelo MST traz no imaginário social dos citadinos e provoca o *apartheid* social entre os trabalhadores. Diante disso, os Sem Terra organizaram escolas no interior dos acampamentos. Em Querência do Norte, no norte do Paraná, elas foram chamadas de “escolas de emergência”. Todas foram construídas de forma precária para atender as famílias Sem Terra, que ocuparam a terra em 1988, conforme podemos ver nas imagens apresentadas abaixo.



Fotos. Conjunto de fotos das escolas nos acampamento do MST em Querência do Norte, Paraná



Escola Capanema



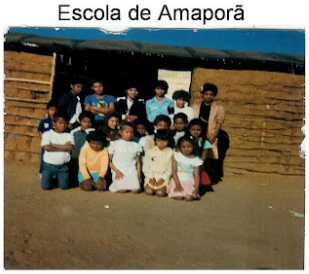
Escola de castro



Escola da Reserva



Escola de Amaporã





Fonte: Acervo Maria Edi da Silva Comilo

A luta pela terra e a luta pela escola caminham juntos no interior do MST. Neste sentido, para o MST, a escola traz a palavra de ordem “ocupar”, como processo de fortalecimento e de unidade na formação das crianças e, ao mesmo tempo, criar as bases de formação do militante. Portanto, em circunstâncias adversas à produção da vida, a conquista da escola é fruto da luta pela terra, conforme nos traz Comilo (2012, s/p),

> Escola de Emergência I Capanema as 72 famílias do grupo de Capanema eram meeiros, arrendatários e filhos de pequenos agricultores de Capanema Pr.
>
> Escola de Emergência II Castro um grupo de 33 famílias de antigos ilhéus, que moravam as margens do Rio Paraná, agricultores que perderam suas terras com a construção da Usina Hidrelétrica do Itaipu. Esse grupo também ligado ao MST – Pr.
>
> Escola de Emergência III – Reserva, 70 famílias do Paraná que receberam esse nome da cidade de Reserva onde estavam acampados, antes de chegar aqui em Querência do Norte e o nome da fazenda era Criciúma devido a falta de água e as terras impróprias para o Assentamento o grupo veio para Querência do Norte.
>
> Escola de Emergência IV Amaporã 40 famílias oriundos de boias-frias que foram organizados pelo sindicato de Paranavaí acampados a beira da Estrada. Depois ao longo da caminhada romperam com sindicato e foram apoiados pela CPT (comissão Pastoral da Terra).
>
> Escola Municipal 5 de dezembro – Um grupo de 86 famílias arrendatários, que pertenciam a ADECON (associação de desenvolvimento comunitário de



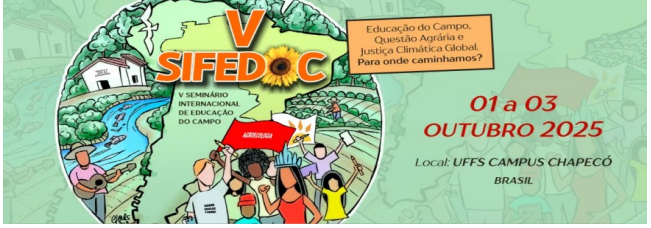
> Querência do Norte), ligados a prefeitura. No ano que a fazenda foi ocupada o contrato de arrendamento acabou e as 86 famílias se juntaram ao MST.

O Estado do Paraná viu nascer o MST enquanto instrumento de luta dos trabalhadores rurais sem-terra por reforma agrária e a luta por escolas públicas nos acampamentos, como processo de escolarização da criança sem-terra. A conquista da terra pelo MST na região noroeste do Paraná trouxe a luta dos acampados pela reprodução da vida material e cultural na cidade de lona preta. A luta pela sobrevivência marca a luta no acampamento pela posse da terra como meio de garantir a propriedade e com ela, a produção da existência da vida sob o capitalismo. Nas condições de acampados há a precariedade da vida e de trabalho, mas a organização da vida coletiva supera as desigualdades impostas pela individualidade. No sentido mais simples, o coletivismo corresponde à solidariedade entre o homem e a sociedade, e tem sua antítese no individualismo, conforme foi desenvolvido por Makarenko. No coletivo, portanto, as mazelas do cotidiano da vida individual são suplantadas pela vida coletiva e provocam novas determinações à produção material da vida social-coletiva nos acampamentos[2] e, diante disso, ele se faz um sujeito coletivo. Com efeito, Takau Junior (2009, p. 04) afirma que “a vida em grupo, como acontece nos acampamentos, faz com que a esfera do estritamente privado perca significado e sentido” e o coletivo se sobrepõe ao indivíduo e à individuação burguesa, pois “a necessidade de unir a disciplina coletiva com a iniciativa individual resolve de maneira prática, dentro do domínio limitado, mas profundamente real da ação, o velho conflito entre o individual e o social”. (Lefebvre, 2011, p. 57).

Não é por acaso que Takau Junior (2009, p. 4) traz que

> [...] o acampamento é um espaço ao mesmo tempo de luta e de formação, pois a partir do momento que um indivíduo ocupa este espaço, é que, na maioria das vezes, começa ter consciência de sua situação de excluído e a se formar um sem-terra, Fernandes destaca que ‘ser acampado é ser sem-terra’.

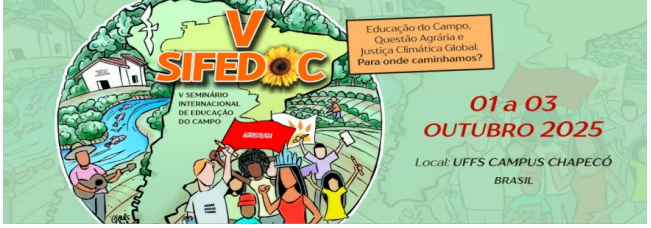
[2] No acampamento, “organizar, produzir, resistir” se tornam imperativos à vida coletiva, pois a contra-ação do latifúndio impõe aos acampados uma vigilância constante, isto porque o acampamento não é uma ilha isolada do mundo. Ele é parte constitutiva e primária da luta de classes pela conquista da terra pela Reforma Agrária, o que gera a violência por parte do latifúndio e do seu instrumento de poder, que é o Estado.



Dessa forma, podemos inferir que a organização dos coletivos é fundamental para as atividades no interior do acampamento, com seus eixos estruturantes de vida coletiva, sob a responsabilidade de cada coletivo, como processo de formação do homem. Dentre as lutas desenvolvidas nos acampamentos, há a luta pela escola pública na cidade de lona preta. Organizar a vida coletiva, portanto, em todas as dimensões sociais e assegurar aos acampados o processo de formação educacional nos marcos da escola pública passa a ser e a ter um aspecto central na luta pela terra. Para atender a juventude acampada, ergue-se a escola em um espaço de sociabilidade para recriar e integrar as crianças como comunidade escolar. Ou seja, ressignificar a vida a partir de um novo paradigma de relação homem-natureza pautadas na organização da vida coletiva e, com isso, um novo processo de formação escolar se faz necessário para criar valores de trabalho e de educação. Com efeito, Andery e Serio (1994, p. 11-12) acentuam que,

> [...] a relação homem-natureza é um processo de transformação mútua, que é o processo de produção da existência humana. É o processo de produção da existência humana porque o ser humano vai se modificando, alterando aquilo que é necessário à sua sobrevivência [...] o homem cria novas necessidades que passam a ser tão fundamentais quanto as chamadas necessidades básicas à sua sobrevivência [...] não cria só artefatos, instrumentos, como também desenvolve ideias [conhecimentos, valores, crenças] e mecanismos para sua elaboração [desenvolvimento do raciocínio, planejamento.

Aqui repousa a máxima social, na qual a produção da existência da vida material e o processo de formação caminham juntas e são inseparáveis, pois há um processo *continuum* de trabalho como princípio educativo. No acampamento, portanto, os homens recriam a escola no espaço de ocupação como fundamento de uma práxis alternativa à ausência da escola pública e a resistência da escola urbana em atendê-las. Diante disso, a vida no acampamento traz as preocupações gestadas com o processo de educação formal, posto que os homens, na ressignificação dos atos da vida, partem do que conhecem e, para tanto, a escola que os acampados conhecem é a escola pública. Na demanda por educação, as escolas de emergências se estruturam em regiões de acampamentos, como é o caso de Querência do Norte, para cumprirem com sua função social.



Na pressão social por escolas nos acampamentos, o MST conseguiu junto ao Estado do Paraná o reconhecimento público das escolas de emergências nos acampamentos mantidas pelo município de Querência do Norte, por meio da Resolução nº 1.634/90, no governo de Álvaro Dias (1987-1991), conforme transcrevemos seu teor:

> Art. 1º. Ficam autorizadas a funcionar nos termos da legislação vigente as Escolas Rurais abaixo relacionadas, no município de Querência do Norte, mantidas pela Prefeitura Municipal:
>
> - Escola Rural Municipal Setembrino Lago – localizada na Gleba 30;
>
> - Escola Rural Municipal D. Pedro II – localizada no Sítio São Joaquim;
>
> - Escola Rural Municipal Cinco De Dezembro – localizada no Assentamento da ADECON;
>
> - Escola Rural Municipal De Emergência I – Capanema, localizada na Fazenda Pontal do Tigre, no acampamento dos sem terras de Capanema;
>
> - Escola Rural Municipal De Emergência II – Castro, localizada na Fazenda Pontal do Tigre, no acampamento dos sem terras de Castro;
>
> - Escola Rural Municipal De Emergência III – Reserva, localizada na Fazenda Pontal do Tigre, no acampamento dos sem terras de Reserva;
>
> - Escola Rural Municipal De Emergência IV – Amaporã, localizada na Fazenda Pontal do Tigre, no acampamento dos sem terras de Amaporã.
>
> Art, 2º - A Autorização de funcionamento de que trata o artigo anterior, é concedida pelo prazo de dois (02) anos a partir do início do corrente ano letivo para ministrar o ensino correspondente às quatro (04) primeiras séries do 1º grau.
>
> Secretaria de Estado da Educação, em 25 de maio de 1990. (Paraná, 1990).

Este fato é um marco histórico na luta do MST por escolas públicas em seu território. A organização dessas escolas, que nasceram junto com a ocupação, partiu das necessidades e interesses dos acampados na escolarização de seus filhos. Neste sentido, o trabalhador quer para seu filho um futuro melhor e vê, na escola, a possibilidade de sua realização. A conquista da escola reflete as lutas sociais desencadeadas pelos sujeitos do campo em luta pela terra, cuja centralidade nasce do processo de marginalização social dos sem-terra provocado pelo latifúndio em seu processo de exclusão do homem do campo, por meio da modernização agrícola e a resistência desse trabalhador em não perder o vínculo com a terra. Isto é significativo, pois traz esperança à luta por reforma agrária.

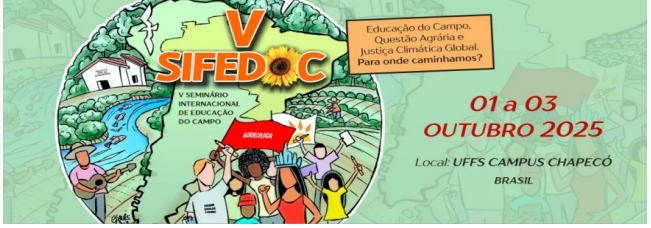


Nestas lutas por escola, o MST conseguiu também que o Estado capacitasse os professores que atuavam nas escolas de emergência. O governo de Roberto Requião (1991-1994), por meio da SEED, organizou o *Curso de capacitação pedagógica dirigida aos professores que trabalham com os sem-terra*, que foi autorizado pela Resolução nº1677/92, realizados na cidade de Guarapuava. A 1ª etapa foi realizada no período de: 25/05/1992 a 17/07/1992, com 80 horas, com os seguintes conteúdos programáticos: 01. Alfabetização – Fundamentação; 02. Leitura – Função social/tipos de leitura; 03. Produção e reestruturação de textos; 04. Avaliação – Função diagnóstica e formas de registro; 05. Concepção de Geografia e História; 06. Relação – Conteúdo, metodologia e avaliação de 1ª a 4ª série. A 2ª etapa foi realizada no período de 21 a 25/09/1992, com carga horária de 40 horas, tendo os seguintes conteúdos programáticos: 01. CIÊNCIAS – História da ação predatória do homem; Estudo do solo; Ecossistema – relação interdependência; Noções de Astronomia. MATEMÁTICA – Introdução aos conteúdos de: Numeração; Operações; Problemas; Frações; Sistema de Medidas; Geometria[3].

A escola de emergência no acampamento do MST e a conquista da mesma como escola pública escreveu na história do homem que a luta social de forma organizada e articulada com a sociedade conseguem romper as barreiras impostas aos trabalhadores sem-terra pela exclusão do acesso à terra. Rompida a cerca do latifúndio, a luta é para romper a cerca da ignorância e, portanto, escolarizar as crianças no acampamento é permitir que as mesmas sejam educadas em contato com o campo, que é lugar de vida, de cultura e de trabalho, como produção da existência material e como princípio educativo. Muito antes do nascimento da Escola Itinerante, no RS, que é de 1996 e do Paraná, que é de 2003, a Escola de Emergência, como escola pública no território do MST, já era uma realidade no Paraná a partir de 1988. Mas, com a eleição do governo liberal de Jaime Lerner em 1994, este processo caminhou lentamente, pois foram anos de fortalecimento do latifúndio, onde o aparelho repressor do Estado foi utilizado como força motriz de contenção das lutas sociais.

---

[3] Estes dados foram transcritos do Certificado emitido pelo SEED à educadora Maria Edi da Silva Comilo, que gentilmente nos forneceu uma cópia, conforme anexo A e anexo B.

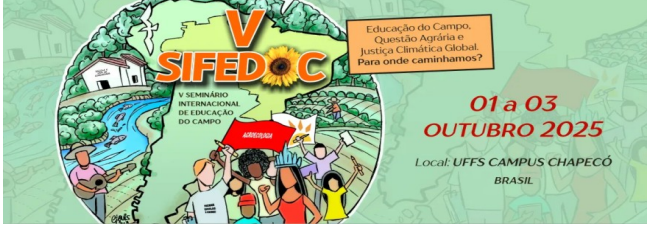


Nos estudos sobre o MST e escola empreendido, o mesmo traz as marcas das lutas pela terra na medida em que os interesses de classes se manifestam por uma educação que rompa com o ideário burguês e passe a ser usada como arma ideológica dos Sem Terra para a formação de um novo homem e da cultura socialista no interior do movimento. Neste caso, a formação do indivíduo, no processo de escolarização e de humanização, tem a base material da vida no acampamento, que é produzida e reproduzida nos valores preconizados pelos coletivos, em conformidade com as diretrizes do MST. Com efeito, se a escola não vem ao campo, o campo se move para trazer a escola ao campo, pois os trabalhadores movem e removem montanhas no seu processo histórico-social. Assim, a escola no campo se tornou possível com a organização dos MS do campo, que se moveram no sentido de conquistá-la, com sua imagem e semelhança, mas agregando o que a humanidade produziu de conhecimento. Este é o sentido que Marx dá ao explicitar que a sociedade mais complexa é a chave para se compreender as sociedades menos “evoluídas”.

Conclusão

Nas lutas de classes, o campo traz o conflito das lutas por reforma agrária em suas várias dimensões de movimentos sociais existentes. No MST, a luta se torna nacional pela presença do MST em todo o país. No Paraná, a luta se faz presente. Em Querência do Norte, o MST ocupa a terra e, com ela, traz a necessidade da escola no acampamento para atender o processo de escolarização.

Evidencia-se, assim, que o MST, na luta pela terra coloca a luta pela escola em sua extensão. Mas a escola erguida se dá em condições dadas pela base material, observa-se que sua construção é feita, a princípio, em chão batido e estrutura que suporta o peso da lona preta. Portanto, a escola se faz presente no acampamento, e, neste caso, se fez presente como escola pública, autorizada pelo estado sob o nome de escola de emergência, em plena luta social por reforma agrária.



Referências

AMBONI, Vanderlei. **A cidade no ocidente medieval nos séculos XII-XIV**: produção da vida social burguesa, da ética e dos valores da produção mercantil. In. XXII Jornada de Estudos Antigos e Medievais, JEAM, UEM, 2023.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib, SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo Pires. A prática, a história e a construção do conhecimento. In. **Para compreender a ciência – uma perspectiva histórica**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1994.

BEZERRA NETO, L.; SANTOS, M. C. dos. Educação do Campo: referenciais teóricos em discussão. **Revista Exitus**, Santarém, PA, v. 1, n. 1, p. 93-104, jul./dez. 2011.

COMILO, Maria Edi da Silva. **A história da educação do/no e para o campo no estado do Paraná. E a práxis da educação em Querência do Norte**. 2012. Disponível em: http://mariaedic.blogspot.com.br. Acesso 20 nov 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

MARTINS, L. M; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, 2018.

TAKAU JUNIOR, Iokisa. **Escola itinerante**: escola, Estado e MST no espaço do acampamento. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009, pp. 1-27.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. V. 2, Rio de Janeiro: Contratempo, 2005.